REGULAMENTO PARA USO DAS INFORMAÇÕES E IMAGENS DO GRACIOSA COUNTRY CLUB - GCC

CAPÍTULO I DA APRESENTAÇÃO

Art. 1º O presente Regulamento tem como objetivo disciplinar e uniformizar os procedimentos relativos à obtenção e uso de imagens de câmeras de monitoramento instaladas no GCC.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º A Diretoria de Informática é responsável pelo planejamento, acompanhamento e gestão das informações geradas pelo sistema de câmeras de monitoramento instaladas no GCC.

Parágrafo Único - O gerenciamento da Central de Monitoramento de Vídeo será feito pelo Diretor de Informática, a quem compete:

- I- coordenar a equipe de trabalho do setor e cobrar o uso correto dos equipamentos;
- II- estabelecer procedimentos para utilização dos equipamentos, armazenamento de imagens e sigilo de imagens armazenadas;
- III- orientar, disciplinar e fiscalizar a utilização dos equipamentos de geração, armazenamento e uso de imagens;
- IV- gerenciar os serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos;
- V- providenciar treinamento e atualização da equipe de monitoramento.

CAPÍTULO III DO SISTEMA DE CÂMERAS E ARMAZENAMENTO DE IMAGENS

Art. 3º O sistema consiste de câmeras instaladas nos acessos externos aos prédios e vias do clube; e internos, ligadas a uma central de informações e armazenamento de imagens por meio de rede digital do GCC, sendo composto por câmeras de vídeo, meio de transmissão e central de armazenamento de imagens e informações.

Parágrafo Único. A instalação e a utilização de câmeras para fins de segurança do patrimônio do GCC deverão ser precedidas de estudo técnico, planejamento e projeto prévios, atendendo ao disposto na legislação vigente (Lei Municipal nº 14.052, de 22 de junho de 2012), que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança.

Art. 4º O objetivo da implantação desse sistema é possibilitar uma ação eficaz de proteção ao patrimônio do clube e às pessoas que o frequentam.

§ 1º A principal função é possibilitar ações preventivas e educativas, de forma a permitir maior eficiência ao Serviço de Segurança Patrimonial do GCC.

§ 2º O sistema também deve ser utilizado para detecção e acompanhamento de ocorrências, permitindo atuar de forma educativa no trânsito e na proteção dos bens públicos e particulares no clube.

Art. 5º Os pontos de instalação das câmeras serão estabelecidos seguindo critérios técnicos e levando-se em consideração os seguintes aspectos:

I- viabilidade técnica da instalação;

II- estudos sobre os locais mais sujeitos a ocorrências de natureza relevante e que seriam coibidas pelo uso das câmeras;

III- viabilidade financeira para a implantação e manutenção;

IV- estudo da área circunvizinha de abrangência na utilização das câmeras;

V- campo de abrangência visual;

VI- facilidade de manutenção.

Parágrafo único: É vedada a instalação de câmera de vídeo em locais de uso íntimo, como vestiários e banheiros.

Art. 6º As imagens devem ser armazenadas em mídia eletrônica pelo período mínimo de 02 (dois) meses, considerando os recursos disponíveis.

Art. 7º Como regra geral as imagens armazenadas não serão exibidas e/ou cedidas, exceto para instrução dos processos administrativos ou judiciais, e serão fornecidas mediante requisição por escrito à Diretoria de Informática associado que comprovar justa causa, ouvida previamente a Diretoria.

§1º. A Diretoria de Informática será responsável pela guarda e sigilo das imagens geradas pelo sistema.

§2º. Poderão ser cedidas as imagens de bens patrimoniais para os sócios, desde comprovada a propriedade do bem e mediante termo formal de solicitação com justificativa, a ser analisado pelo Diretor de Informática e encaminhado para deliberação prévia da Diretoria.

§ 3º Imagens relativas a pessoas somente poderão ser cedidas mediante respeito ao direito de preservação da imagem, em especial das garantias previstas no artigo 5º da Constituição Federal.

§4º Interessados não associados não terão direito a cessão de imagens, salvo mediante ordem judicial.

Art. 8º Caberá aos funcionários responsáveis pelo monitoramento:

I- respeitar a rotina de trabalho estabelecida;

II- comunicar ao Diretor de Informática as alterações visualizadas, imediatamente, para fins de geração de ocorrência;

III- Não ceder imagens, a quem quer que seja, sem a observância do disposto neste regulamento, bem como sem um requerimento por escrito assinado pelo solicitante.

IV- manter o sigilo das informações a que tiver acesso, sujeitando-se, em caso de violação, às normas disciplinares que regem o assunto.

Art. 9º. Os equipamentos de gravação e exclusão de imagens ficarão em ambiente físico de acesso restrito, com permissão de utilização somente para pessoal autorizado.

§ 1º O controle de acesso à sala de gravação e degravação, bem como o credenciamento de pessoal, será de responsabilidade do Diretor de Informática, que deverá manter rigoroso controle do registro das entradas, permanências e saídas do recinto.

§ 2º A sala mencionada no § 1º deverá estar provida de câmeras que registrem ações do seu operador e seus terminais não deverão estar ligados à internet, nem seus operadores estarem de posse de equipamentos portáteis de comunicação, como celulares, notebooks, entre outros dispositivos de comunicação e registro de imagens.

Art. 10º. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.